

Índice

O sentido do voto depende menos da posição social	1
O controlo público do aluguer é uma arma de dois gumes	2
O capitalismo do bem comum	3
“Ética cosmopolita”	4

O sentido do voto depende menos da posição social

Não é fácil interpretar os resultados eleitorais em sociedades cada vez mais complexas, e há uma tendência para simplificar com estereótipos antigos ou recentes. Daí o interesse do relatório que foi publicado por uma equipa onde participa Thomas Piketty: na perspetiva das desigualdades sociais, estuda a evolução de cinquenta países democráticos de 1948 a 2020 (“[Cividades políticas e desigualdades sociais](#)”, Amory Gethin, Clara Martinez-Toledano, Thomas Piketty, Ehes/Gallimard-Seuil, 608 pp.).

Os autores analisam a relação do comportamento eleitoral com facetas importantes da pessoa: estudos, profissão, património, sexo, idade ou identidade étnico-religiosa. Reconhecem que nenhum dos países estudados é uma “democracia perfeita”; alguns, inclusivamente, afastam-se do modelo, devido a uma deficiente liberdade de imprensa ou de neutralidade do Estado em matéria eleitoral. Mas todos organizam periodicamente eleições pluralistas e disputadas.

Depois de estudarem várias fontes, atrevem-se a lançar conclusões provisórias, como as seguintes.

De facto, no Ocidente mudaram os tempos em que a estrutura de classes dominava a oposição entre partidos de orientação social-democrata e partidos conservadores. Coincidia com uma certa homogeneidade de origens e identidade étnica e religiosa. Os conflitos sociais não são já determinantes do voto, embora

tão-pouco pareça que as diferenças de identidade empurrem para uma espécie de novo tribalismo ocidental fechado.

Não é fácil decifrar o paradoxo levantado pelos autores do estudo, resumido por [Antoine Reverchon no “Le Monde”](#) (3.5.2021): por que motivo os partidos de esquerda, que preconizam uma maior redistribuição, não beneficiam eleitoralmente com o aumento da desigualdade nos países democráticos? Pelo contrário, desde o Reino Unido até à Índia, passando pelos Estados Unidos, Turquia, França e Brasil, têm progredido partidos nacionalistas, líderes populistas de direita e de extrema-direita e, por vezes, têm até chegado ao poder.

Os investigadores observam que, a partir dos anos oitenta do século XX, os cidadãos com baixo nível de educação e de rendimentos deixam de votar maioritariamente à esquerda. Tem muita influência a pertença a minorias étnicas ou raciais – à esquerda – ou a pertença à identidade maioritária – à direita ou partidos nacionalistas. A escolha política das elites divide-se entre os que têm um alto nível educacional, que votam cada vez mais à esquerda, e os que possuem mais rendimentos ou património, que continuam a votar à direita.

Um fenómeno semelhante, mas em sentido contrário, aparece em países asiáticos, africanos e latino-americanos, como a Índia ou a Nigéria: observa-se um reforço das motivações “classe” em detrimento das “identitárias”, que podiam ser dominantes anteriormente; aderem a programas de redistribuição progressiva segmentos da sociedade que antes votavam em função das suas lealdades étnicas, religiosas ou de “clã”. No entanto, em países como o Paquistão ou a África do Sul, os limites da desigualdade de rendimentos estão interligados com os étnicos ou religiosos, pelo que a influência de “identidade” e “classe” acaba por ser indeterminada.

A partir dos anos 80, surgem, além disso, os efeitos da globalização. Enquanto que a esquerda “educada” e aberta aceitava a perda de soberania estatal sobre os fluxos comerciais, financeiros e humanos, os trabalhadores e empregados – afetados pelo desencadear das crises financeiras, pelo desemprego e pelas deslocalizações –, agarravam-se ao bastião das fronteiras do Estado ou da própria comunidade (nacional, étnica, religiosa, cultural).

Outro elemento cada vez mais significativo no debate eleitoral deriva das exigências ambientais. Os partidos verdes contribuíram para esbater a importância da posição social nas eleições democráticas. E é previsível que continue a crescer a influência deste processo nas próximas décadas.

Além disso, os dirigentes têm de contar cada vez mais com a existência de múltiplas diferenças socioculturais e étnico-religiosas, que vão exigir políticas fundadas no respeito pela diversidade e pelas regras comuns, a luta contra as discriminações, e mesmo a possível necessidade de reparar injustiças do passado, especialmente em países com um passado colonial importante.

S. B.

O controlo público do aluguer é uma arma de dois gumes

O acesso à habitação converteu-se num grande problema em muitos países ricos. Alugar pode ser uma alternativa menos arriscada, algo importante no contexto de uma crise como a atual. Neste âmbito como noutros, as administrações públicas devem preocupar-se especialmente com os setores sociais mais vulneráveis, mas, por vezes, desenhar as políticas apenas pensando neles, pode resultar contraproducente, inclusivamente, para esse mesmo grupo social.

Um relatório publicado pelo Brookings Institution analisou e comparou [a situação do aluguer em seis países](#): Estados Unidos, Alemanha, Espanha, Reino Unido, França e Japão. Deixando de lado o caso nipónico, devido à distância cultural que o separa do mundo ocidental, a comparação entre os outros cinco países oferece uma perspetiva interessante sobre as políticas de habitação que têm funcionado e as que não o conseguiram.

A Alemanha é, entre os países analisados, onde uma maioria da população vive em aluguer: 54 % (somente a Suíça a supera na OCDE). Seguem-se a França, com 40 %. O Reino Unido e

os Estados Unidos não andam longe (35 %), enquanto em Espanha a percentagem não chega a 25 %.

Em todos esses países, os que alugam são mais jovens e têm menos dinheiro do que os que adquiriram a sua casa como proprietários. Contudo, a associação entre aluguer e nível de rendimentos não tem a mesma força em todos os países. Enquanto existe uma relação clara em Espanha ou nos Estados Unidos, na Alemanha ou em França também muitas famílias de classe média optam por esta solução.

Em parte, isto deve-se a que as ajudas do Estado são muito diferentes em cada país; tanto as diretas (aluguer social em andares de propriedade pública) como as indiretas (mediante incentivos fiscais ou subsídios para alugar no mercado privado). Por exemplo, o Estado francês investe muito dinheiro nos dois campos, o alemão somente nas ajudas indiretas e o norte-americano em nenhum dos dois.

Em Espanha, a oferta de habitações em aluguer não satisfaz a procura, cada vez maior. Isto provoca que o preço médio encaixe, especialmente nas grandes cidades. No plano nacional espanhol, um em cada quatro inquilinos dedica mais de 40 % do seu salário a pagar o aluguer, quinze pontos mais do que na média europeia.

Uma possível solução para este problema seria incentivar o aluguer social, em andares a cargo das administrações públicas. Comparativamente com os outros países europeus analisados, a percentagem de domicílios espanhóis que beneficiam com ele é muito pequena: 1,6 % contra 9,3 % na Europa. Todavia, criar novas habitações para esta utilização é uma medida cara, e talvez não muito recomendável em tempos de vacas magras.

Outra opção é estabelecer algum tipo de controlo público dos alugueres. No entanto, como assinalou o Banco de España num relatório, isto [poderia vir a aliviar momentaneamente a situação](#), mas a médio e longo prazo provocaria, de facto, o encarecimento dos preços, o que afetaria especialmente os mais vulneráveis. Daí, ter proposto, em vez disso, que seja incentivado o aluguer privado com ajudas condicionadas aos inquilinos.

A situação do aluguer em França e Alemanha tem alguns pontos em comum. Nos dois países, um amplo setor da sociedade [recorre a ele](#). Os dois países há décadas que apostam numa forte regulação estatal do aluguer, que protege bem os direitos dos inquilinos, mas existem ao mesmo tempo importantes incentivos económicos para os senhorios, que tornam rentável colocar uma habitação em aluguer.

No que não se parecem é na dimensão do setor público no mercado de aluguer. Enquanto em França mais de 40 % dos inquilinos vivem em casas de propriedade do Estado, na Alemanha a percentagem é muito reduzida. Em vez disso, os alemães apostaram tradicionalmente num programa de generosas ajudas ao aluguer privado e nas chamadas “cooperativas”, entidades semipúblicas (financiadas com dinheiro públi-

co mas de gestão privada) que administram uma em cada quatro casas arrendadas. Nos dois países, a percentagem de habitações em aluguer que pertencem a empresas imobiliárias é muito reduzida.

Apesar de França e Alemanha se destacarem pelo enraizamento popular e pela estabilidade dos seus sistemas de aluguer, existem nos dois países alguns problemas prementes. Em França, a habitação social foi construída maioritariamente depois da Segunda Guerra Mundial, como uma medida de urgência. Estes blocos de apartamentos situaram-se sobretudo nos arredores das grandes cidades. Com o decorrer do tempo, estas zonas tornaram-se guetos, e muitas das habitações conheceram muito poucas obras de manutenção e renovação. Para reduzir a segregação, o governo quer construir nova habitação social, com desenhos mais modernos e dentro das cidades.

Na Alemanha, por seu turno, cada vez escaseia mais a habitação em aluguer, sobretudo nas grandes cidades (em Berlim, são de inquilinos cerca de 80 % das casas disponíveis). E a verdade é que o Estado incentiva o aluguer: por exemplo, somente os que arrendam uma casa podem deduzir os impostos da hipoteca associada a ela; e, pelo contrário, os impostos derivados das transações são bastante elevados. Por outro lado, o preço do metro quadrado subiu muito na última década, principalmente nos maiores núcleos populacionais. Para resolver o problema, o governo veio aprovar medidas intervencionistas (limites máximos nos alugueres, ou “congelamentos” do custo), mas estas iniciativas resultaram como contraproducentes.

A percentagem de famílias que vivem de aluguer nos dois países é muito semelhante, cerca de 35 %. Nos Estados Unidos, uma grande parte dos donos de habitações arrendadas são empresas, enquanto que no Reino Unido são particulares. A participação do Estado no mercado do aluguer é mais residual; no caso do Reino Unido, existem as chamadas *housing associations*, empresas semipúblicas parecidas com as cooperativas alemãs, que gerem atualmente mais casas de aluguer social do que o próprio Estado.

Os dois países parecem-se também numa maior desregulação do aluguer em relação aos restantes territórios analisados. Contudo, enquanto que nos Estados Unidos isto se deve a uma aposta fundamental na propriedade (mais incentivos fiscais, mais ajudas), no Reino Unido deve-se a uma vontade de deixar que o senhorio e o inquilino cheguem aos seus próprios acordos.

O mercado do aluguer enfrenta desafios em ambos os países. Nos Estados Unidos, o aluguer está claramente associado a um menor nível socioeconómico, e existem importantes problemas de “guetificação”. No Reino Unido, o principal problema é que o solo encareceu muito devido à falta de habitação nova.

F. R.-B.

O capitalismo do bem comum

“Há um entusiasmo crescente, em especial entre intelectuais católicos, pela política e pela economia do bem comum”, [salienta Alexander William Salter](#) (“The Wall Street Journal”, 20.5.2021), professor de Economia na Texas Tech University. E este fenómeno leva-o a visitar as ideias de G.K. Chesterton.

Salter começa por referir uma amostra desse entusiasmo. Num discurso de 2019, o senador republicano Marco Rubio disse: “Temos de restaurar o capitalismo do bem comum: um sistema de livre empresa onde os trabalhadores cumprem as suas obrigações laborais e gozam os frutos do seu trabalho e as empresas, por sua vez, gozam do direito a obter lucros e reinvestem uma parte suficiente deles para criar empregos dignos”.

Abordagens como essas são uma chamada de atenção para os que – como Salter diz de si mesmo – dão por adquirida a primazia do *laissez-faire*, e os convidam a procurar um entendimento. Um bom ponto de partida, segundo Salter, é “a tentativa, dentro da tradição intelectual católica, de incorporar o princípio do bem comum nas instituições políticas e económicas: a filosofia conhecida como distributismo”.

O distributismo é uma corrente que surgiu no início do século XX; os seus mais indicados representantes foram Hilaire Belloc e G.K. Chesterton. Para os distributistas, a propriedade é um valor essencial, e o principal problema é que não está bastante difundida. Segundo eles, anota Salter, “a propriedade tende a concentrar-se, o que resulta numa sociedade proletarizada sem motivos para apoiar a ordem social”. Portanto, para fomentar o bem comum, a propriedade privada deve ser disseminada.

O distributismo quase não tem aceitação entre os economistas, católicos incluídos. Consideram-no utópico e derretido no meio de teses económicas duvidosas. Apesar disso, observa Salter, vale a pena prestar-lhe atenção, devido à sua visão geral e à sua relevância para o capitalismo do bem comum. Explica-o através da distinção que fazia John Neville Keynes (pai de John Maynard) entre a “ciência económica” e a “arte da economia política”. A primeira é “analítica e precisa”; a segunda é “imaginativa e humana”. Ora, “o distributismo não é científico, mas é arte, e tem muito a ensinar, tanto sobre a liberdade, como sobre o bem comum”.

Belloc e Chesterton sublinhavam que as instituições garantes da liberdade política no Ocidente não nasceram do nada, mas graças ao paulatino aparecimento das condições que permitiram aos trabalhadores proteger-se da arbitrariedade dos poderosos. Os escravos converteram-se em servos, os servos em rendeiros, e os rendeiros em pequenos proprietários. “A independência económica, entendida como controlo dos recursos produtivos, deu origem à liberdade política”, resume Alexander William Salter.

Assim, “os distributistas mostram a insuficiência das reformas legais e do desenho de políticas”: há falta de uma sociedade de proprietários. Se o que não é de ninguém, ninguém o cuida, como advertem os economistas, “um trabalhador que não possui nada a não ser o seu trabalho, por que motivo ia apoiar um sistema que protege o direito de propriedade e os devidos procedimentos legais, por importantes que sejam estas instituições?”.

“O distributismo apresenta uma maneira de pensar as empresas, o mercado e o bem comum que ultrapassa as divisões políticas tradicionais. Em matéria de desigualdade, alinha mais com o progressismo. Em relação ao papel do Estado, está mais próximo do conservadorismo. Mas em ambos os casos pela mesma razão: a sua defesa de um governo de cidadãos, não de tecnocratas”. E neste ponto, Salter cita Chesterton em “Orthodoxy”: “A fé democrática é esta: que as coisas mais importantes devem ser deixadas nas mãos das pessoas comuns”.

“Ética cosmopolita”

Autora: Adela Cortina
Paidós. Barcelona (2021)
208 págs.

Diz Aristóteles que estudamos ética não para saber o que é a virtude, mas para sermos bons. Se Adela Cortina é uma referência internacional em filosofia moral, não é apenas por ter os conhecimentos de uma grande especialista na matéria; é porque, seguindo Aristóteles, vai mais além e se interroga sobre o que significa ser-se bom e justo nos tempos atuais. Ao longo da sua vasta produção, a professora valenciana pergunta quais os grandes desafios que estamos a enfrentar e apresenta respostas argumentadas com a clareza de quem sabe divulgar. Daí que chegue a um público amplo, que vai do especialista em filosofia moral ou do profissional preocupado em fazer bem o seu trabalho, até ao cidadão comum que se preocupa com o bem da pólis.

O seu último livro chega entre a avalanche de publicações que refletem sobre a pandemia e o seu impacto na nossa vida futura. Partindo também ela desta dramática circunstância, enfrenta algumas das questões cruciais que vão configurar o nosso futuro, como o da democracia e o da economia de mercado no pós-pandemia, o modo correto de enfrentar uma crise de saúde pública como a da Covid-19, o impacto e futuro da tecnologia digital nas nossas vidas, o tratamento que estamos a dar aos idosos nas nossas sociedades crescentemente envelhecidas, o papel dos meios de comunicação nos tempos do pós-verdade, e a necessidade de conciliar as humanidades com as ciências das áreas técnicas.

A resposta para cada um destes desafios exige partir de bases sólidas, que Cortina expõe tanto nos capítulos iniciais como finais do ensaio. Partindo da experiência universal da vulnerabilidade humana, entende que viver é uma tarefa, mas também uma tarefa para si próprio e um deixar-se fazer. Por esta razão, é importante integrar a razão com as emoções e desenvolver o que denomina sensatez ou razão cordial. No exercício dessa sensatez, o ser humano vai forjando um carácter tanto individual como coletivo, que é aquele que dá os seus traços que vêm a definir a vida política, económica e social.

Cortina mostra-se firme defensora de uma democracia liberal-social e de uma economia social de mercado. A robustez desses modelos é a melhor defesa contra as derivas populistas e autoritárias que tanto sucesso alcançam em tempos de incerteza como o atual. Ora, apesar da importância da Europa, pensa que para enfrentar alguns dos desafios mais prementes atuais, é urgente desenvolver uma governação global e uma ética cosmopolita.

Embora escrito em tempos de pandemia, o livro da professora Cortina transcende esta conjuntura, porque os temas que enfrenta têm uma longa história e, sobretudo, interpelam o nosso futuro comum.

V. B. C.

